

tro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, que seja reconhecido o interesse público do projecto de construção da estação elevatória de esgotos domésticos de São Rafael, no concelho de Albufeira.

19 de Abril de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 10 278/2007

O Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva, cujo regulamento em vigor foi aprovado pelo despacho n.º 7187/2003 (2.ª série), publicado em 11 de Abril de 2003, constitui um dos programas de financiamento mais antigos na área do ordenamento do território, remontando a 1945.

Concebido como um instrumento de estruturação do território, com o objectivo declarado de promover a criação e dinamização de pólos de desenvolvimento local através do apoio à implementação de equipamentos e infra-estruturas de utilização colectiva, o Programa integra actualmente dois subprogramas, de acordo com o valor das obras a financiar.

No que se refere especificamente ao subprograma n.º 1, cuja gestão está a cargo da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, tornou-se evidente que os resultados ficam aquém das expectativas criadas.

Para além de uma excessiva concentração territorial, em particular nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Aveiro, em detrimento das áreas mais desfavorecidas do Interior, a experiência vem demonstrando as dificuldades de assegurar que os investimentos apoiados contribuem para o equilíbrio das redes de equipamentos, questão tanto mais relevante quanto existe uma forte concentração sectorial dos equipamentos, com predominância para os equipamentos desportivos.

Por outro lado, os procedimentos de candidatura em duas fases têm contribuído para a geração de expectativas junto das entidades promotoras que se têm revelado impossíveis de satisfazer face aos recursos orçamentais afectos a este subprograma.

Acresce que a evolução dos princípios que enformam as políticas integradas de desenvolvimento urbano e de cidades e, bem assim, o programa de acção assumido no quadro do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território aconselham a redefinição da estratégia de investimento público, por forma a promover redes coerentes, aos níveis nacional, regional e local, dos vários equipamentos de utilização colectiva.

A manutenção do actual regime não se revela, pois, adequada face à necessária racionalização e eficiência dos meios financeiros disponíveis, cuja aplicação deve ter subjacente a garantia de resultados através da mobilização efectiva das entidades privadas.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, determino:

1 — É suspenso, com efeitos imediatos, o subprograma n.º 1 do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva, cujo regulamento foi aprovado pelo despacho n.º 7187/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 11 de Abril de 2003.

2 — Não serão aceites novas candidaturas à 1.ª ou 2.ª fase por parte das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

3 — As candidaturas à 1.ª fase que não tenham, até à data, sido seleccionadas nos termos do n.º 25 do regulamento acima referido são devolvidas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano às entidades proponentes.

4 — As candidaturas já apresentadas à 2.ª fase continuam os procedimentos previstos nos n.ºs 42 e seguintes do referido regulamento.

19 de Abril de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 10 279/2007

Por despachos de 16 de Abril de 2007 da secretária-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e de 12 de Abril de 2007 da vice-presidente do Instituto da Água, foi a Mabel Maria Dias Lourenço Gomes de Barros Horta, técnica superior de 2.ª classe do quadro privativo da ex-DGRN (INAG), autorizada a prorrogação da requisição por mais um ano,

com efeitos a partir de 29 de Abril de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 10 280/2007

Por despacho de 30 de Abril de 2007 da secretária-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi Dulce de Jesus Vaz dos Santos, assistente administrativa principal desde 1 de Julho de 2004, nomeada definitivamente assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos e ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 10 281/2007

Por despacho de 30 de Abril de 2007 da secretária-geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi Célia da Conceição Carapinha Bilro, técnica profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, nomeada, por tempo indeterminado, precedendo concurso, para a categoria de técnico profissional principal, da mesma carreira, ficando exonerada do lugar anteriormente ocupado a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

Rectificação n.º 703/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 7825/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 30 de Abril de 2007, a p. 11 192, rectifica-se que onde se lê «Síbia Moreira Gomes Barreto de Oliveira, assistente administrativa especialista» deve ler-se «Síbia Moreira Gomes Barreto de Oliveira, assistente administrativa principal».

30 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 9965/2007

Por despacho de 12 de Fevereiro de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de competência delegada pelo despacho n.º 20 946/2005 (2.ª série), de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, foi António Manuel Rodrigues Gaspar, técnico superior principal do quadro de pessoal da ex-DRAN Alentejo, nomeado para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Laboratórios, da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, ao abrigo dos artigos 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

12 de Fevereiro de 2007. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

Nota curricular

António Manuel Rodrigues Gaspar.

1 — Qualificações académicas e profissionais:

Licenciatura em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, 1975;

Pós-graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Nova de Lisboa, 1984;

Desde 1975, membro da Ordem dos Engenheiros;

Desde 1979, membro da Association of Professional Engineers of the Province of Ontario, Canada.

2 — Estatuto profissional:

Desde 22 de Maio de 2006:

Coordenador da Divisão de Laboratórios (Laboratório de Évora e Laboratório de Santo André), integrada na Direcção de Serviços

de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com as seguintes competências:

Professor-adjunto no Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agrária de Beja;

De 19 de Outubro de 2005 a 21 de Maio de 2006:

Coordenador da Divisão de Licenciamento da Direcção de Serviços de Gestão Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com as seguintes competências:

Professor-adjunto no Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agrária de Beja;

De Agosto de 2004 a 18 de Outubro de 2005:

Técnico superior principal na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;

Professor-adjunto no Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agrária de Beja;

De Agosto de 2002 a Julho de 2004:

Professor-adjunto no Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agrária de Beja, Portugal;

Membro do conselho científico da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja;

De Abril de 2001 a Julho de 2002:

Chefe da Divisão de Recursos Hídricos da Direcção Regional do Ambiente, Ministério do Ambiente, e responsável por:

Professor-adjunto no Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior Agrária de Beja;

De Janeiro de 2000 a Março de 2001:

Técnico superior na Direcção Regional do Ambiente do Alentejo, Ministério do Ambiente;

De Dezembro de 1998 a Dezembro de 1999:

Director dos Serviços de Água da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo;

De Outubro de 1996 a Novembro de 1998:

Técnico superior da Direcção Regional do Ambiente do Alentejo, do Ministério do Ambiente, e responsável por:

De Janeiro a Setembro de 1996:

Consultor não residente da Swiss Directorate for Development Cooperation and Humanitarian Aid/Federal Department of Foreign Affairs SDC;

De Maio de 1987 a Dezembro de 1995:

Consultor residente e chefe de projecto para a Swiss Directorate for Development Cooperation and Humanitarian Aid/Federal Department of Foreign Affairs — SDC — Project Moz.16 que estava apoiado o Sector da Água em Moçambique;

De Janeiro de 1985 a Abril de 1987:

Técnico superior na Direcção de Serviços de Controle da Poluição, do Ministério do Ambiente, em Lisboa, e responsável por:

De Setembro de 1983 a Dezembro de 1984:

Frequência do curso de pós-graduação em Engenharia Sanitária na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

De Setembro de 1981 a Agosto de 1983:

Técnico superior na Divisão de Controle da Poluição, do Ministério do Ambiente, em Lisboa, e responsável por:

De Fevereiro de 1979 a Agosto de 1981:

Engenheiro de Controlo de Qualidade na Municipalidade de Toronto, Metropolitan Toronto Department of Works, Main Sewage Treatment Plant;

Professor de Física, Química e Matemática na escola oficial da comunidade portuguesa em Toronto;

De Janeiro de 1976 a Janeiro de 1979:

Técnico superior e engenheiro químico no Ministério da Habitação e Obras Públicas, Divisão de Controle da Poluição, Lisboa, Portugal, responsável por:

De Novembro de 1972 a Dezembro de 1975:

Professor de Física, Química e Matemática na Escola Técnica e Profissional Alfredo da Silva, no Barreiro.

Aviso n.º 9966/2007

Por despacho de 11 de Abril de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 20 946/2005 (2.ª série), de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, foi Rui Manuel Ventura da Silveira Ramos, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-DRAR-NAentejo, nomeado em comissão de serviço extraordinária por reclassificação profissional, técnico de informática, grau 1, nível 1, escalão 1, índice 332, de acordo com a alínea *d*) do artigo 4.º e artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

17 de Abril de 2007. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

Aviso n.º 9967/2007

Faz-se público, nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que as listas de antiguidade de 2006 do pessoal dos quadros da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo e dos Gabinetes de Apoio técnico da sua área de actuação bem como do quadro da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, integrados na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo por força do disposto no Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, com referência a 31 de Dezembro de 2006, foram afixadas para consulta dos interessados.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do citado decreto-lei, cabe reclamação das referidas listas, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso.

18 de Abril de 2007. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

Aviso n.º 9968/2007

Por despacho de 11 de Abril de 2007 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dr Jorge Rodrigo Rodrigues Honório, como substituto legal, nos termos do despacho n.º 23 451/2005 de 17 de Outubro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 15 de Novembro de 2005, foi José Manuel Eliseu Pinto, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, autorizado a regressar da situação de licença sem vencimento de longa duração como técnico superior de 2.ª classe, a partir de 1 de Maio de 2007, a que corresponde o escalão 2, índice 415, da tabela de vencimentos do regime geral da função pública. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2007. — O Vice-Presidente, *António Manuel Viana Afonso*.

Despacho n.º 10 282/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no vice-presidente, licenciado António Manuel Viana Afonso, a gestão e coordenação dos assuntos relacionados com os gabinetes de apoio técnico.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2007.

12 de Fevereiro de 2007. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho (extracto) n.º 10 283/2007

Por despacho de 18 de Abril de 2007 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi Ana